



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador DEMÓSTENES TORRES

PARECER Nº , DE 2004.

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Recurso nº 6, de 2003, interposto pelo Senador Ney Suassuna, 1º subscritor da PEC 22, de 2003, que altera o inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal, para suprimir a letra “b”, instituindo a pena de caráter perpétuo.

RELATOR: Senador **DEMOSTENES TORRES**

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para análise o Recurso nº 6, de 2003, interposto pelo Senador Ney Suassuna, 1º subscritor da PEC 22, de 2003, que altera o inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal, para suprimir a letra “b”, instituindo a pena de caráter perpétuo.

A razão da irresignação do recorrente é a determinação do Senhor Presidente José Sarney para o arquivamento da PEC 22, de 2003, invocando, para tanto, o artigo 48, inciso XI do RISF. Entendeu Sua Excelência que a propositura encontra resistência para sua tramitação no artigo 60, § 4º, da Constituição Federal.

Em 27 itens o nobre recorrente expõe razões que, ao seu respeitável entendimento, superam o impedimento para tramitação da matéria que pretende, juntamente com outros subscritores da PEC, ver aprovada.

Recebido o recurso, foi ele encaminhado a esta Comissão para discussão.

II – ANÁLISE DA MATÉRIA

Nos termos do artigo 101, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete opinar, sobre recursos interpostos sobre as decisões da Presidência.

O recurso em análise, que busca desconstituir decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado que determinou o arquivamento da PEC 22 de 2003, que a entendeu inconstitucional, por ferir o artigo 60, § 4º, da Constituição Federal, está regimentalmente previsto no artigo 48, inciso XI, do RISF.

É integralmente verdadeira e procedente a argumentação desenvolvida pelo digno Senador Ney Suassuna por ocasião da apresentação das razões do recurso interposto.

O Brasil passa por momentos de insegurança absolutamente intoleráveis. A população está alarmada, não sem razão, com a ousadia dos criminosos.

No entanto, algumas normas não podem, em hipótese alguma, ser objeto sequer de deliberação. São as chamadas “cláusulas pétreas”, previstas no artigo 60, § 4º, da Constituição Federal.

São matérias que o Poder Constituinte originário não permitiu que o Congresso Nacional (Poder Constituinte derivado ou reformador) tocasse. É que se o primeiro – originário - tem a natureza característica de norma fundamental soberana, incondicionada e ilimitada, o segundo – derivado - se encontra irremediavelmente adstrito aos limites estabelecidos por aquele.

Ensina Uadi Lammêgo Bulos (Constituição Federal Anotada, 4ª Edição, Saraiva, 2002, p. 772), que no parágrafo 4º do artigo 60 da C.F.

“...está uma das normas mais importantes da Constituição de 1988, senão a mais importante do ponto de vista de sua preservação e defesa, porque consagra os limites materiais do poder de reforma constitucional. A expressão tendente a abolir significa que o Congresso Nacional, no exercício da competência reformadora, não poderá abrigar tendências que levem, conduzam, encaminhem, possibilitem, facilitem, mesmo indiretamente, a deliberação de matérias sacras, intocáveis, absolutas, fundamentais.”

O Congresso Nacional, no exercício de sua atividade constituinte derivada e no desempenho de sua função reformadora, está juridicamente subordinado à decisão do poder constituinte originário que, a par de restrição de ordem circunstancial, inibitória do poder reformador, identificou, em nosso sistema constitucional, um núcleo temático intangível e imune à ação revisora da instituição parlamentar. As limitações materiais, definidas no § 4º do art. 60 da Constituição da República, incidem diretamente sobre o poder de reforma, conferido ao Poder Legislativo da União, inibindo-lhe o exercício nos pontos ali discriminados. A irreformabilidade desse núcleo temático, acaso desrespeitada, pode legitimar o controle normativo abstrato, e mesmo a fiscalização jurisdicional concreta da constitucionalidade. (STF, Pleno, ADIn 466/91/DF, rel. M. Celso de Melo).

Com efeito, estabelece o artigo 60, § 4º da Constituição Federal:

Art. 60.....
§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
IV - os direitos e garantias individuais.

Por seu turno, o artigo 5º da Constituição Federal, ao tratar “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” determina:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à

igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVII - não haverá penas:

b) de caráter perpétuo;

Assim, versando a PEC nº 22, de 2003 sobre matéria imodificável da Constituição Federal deve ser ela rejeitada de plano, como fez Sua Excelência o Presidente do Congresso Nacional.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pelo **conhecimento**, vez que previsto regimentalmente, e no mérito pelo **improvemento** do Recurso nº 6, de 2003, interposto pelo ilustre Senador Ney Suassuna, não obstante as relevantes razões apresentadas.

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2004.

, Presidente.

, Relator